

## A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: Uma análise a partir do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Regional em Belém do Pará.

Agnes Maria da Silva Gama<sup>1</sup>

Wellen Tayane Rodrigues Miranda<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo visa analisar a importância do trabalho profissional do Assistente Social a partir da inserção no campo de estágio supervisionado I, II e III realizado no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Regional em Belém do Pará. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa sob a ótica do método dialético, com base em referenciais teóricos de autores que afirmam sobre a temática. Desse modo, o trabalho profissional do assistente social desempenha uma função fundamental na promoção do bem-estar e na garantia dos direitos sociais dos cidadãos, especialmente no contexto do CEREST Regional em Belém do Pará. Além disso, discute como esses profissionais desempenham uma função crucial na prevenção de acidentes de trabalho, na promoção de condições laborais seguras e na garantia do bem-estar dos trabalhadores, por meio de atendimento/acompanhamento, capacitações, palestras, workshop, entre outros.

**Palavras-chave:** Atuação profissional; política de saúde; Saúde do trabalhador; Serviço Social.

**Abstract:** This study aims to analyze the importance of the professional work of Social Workers based on their insertion in the supervised internship field I, II and III carried out at the Regional Occupational Health Reference Center (CEREST) in Belém do Pará. It is a research with a qualitative approach from the perspective of the dialectical method, based on theoretical references from authors who state about the topic. In this way, the professional work of the social worker plays a fundamental role in promoting the well-being and guaranteeing the social rights of citizens, especially in the context of CEREST Regional in Belém do Pará. Furthermore, it discusses how these professionals play a crucial role in preventing workplace accidents, promoting safe working conditions and ensuring the well-being of workers, through assistance/monitoring, training, lectures, workshops, among others.

**Keyword:** Professional performance; health policy; Worker's health; social service.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social, Universidade Federal do Pará (UFPA), Email: [agnesmaria.gama@gmail.com](mailto:agnesmaria.gama@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social, Universidade Federal do Pará (UFPA), Email: [tayane.we23@gmail.com](mailto:tayane.we23@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

No cenário atual, marcado por avanços tecnológicos e mudanças nas dinâmicas de trabalho, a discussão em torno da saúde do trabalhador adquire maior relevância, visto que a preservação da saúde do trabalhador é uma questão vital, uma vez que o bem-estar dos sujeitos está intrinsecamente ligado à capacidade produtiva e busca por melhores condições de vida.

Esta pesquisa se originou a partir da inserção no campo de estágio supervisionado I, II e III, localizado no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Regional em Belém do Pará, logo, surgiu o interesse em discutir a intervenção do Assistente Social na promoção da saúde do trabalhador, destacando suas atividades, estratégias e desafios enfrentados na região.

O estudo tem por objetivo analisar a importância do trabalho profissional do Assistente Social no campo de saúde do trabalhador no âmbito do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) Regional em Belém do Pará, de tal modo que, compreenda a atuação do Serviço Social no contexto da política de saúde do trabalhador; identifique as particularidades da atuação profissional do Assistente Social no CEREST e verifique as principais demandas e desafios do Serviço Social no CEREST.

O Estágio Supervisionado é uma disciplina obrigatória na Faculdade de Serviço Social (FASS). Logo, como instrumento foi utilizado o Diário de Campo, que é uma ferramenta importante no Serviço Social, sobretudo no campo de estágio, pois segundo Matos (2013), o diário de campo é “onde se registra as ações desenvolvidas na instituição”, junto ao Relatório Semestral do período de estágio I, II e III utilizado para registrar as experiências e identificar as dificuldades encontradas no campo de estágio. Houve também a elaboração da escrita do Relatório Institucional, com o fito de verificar a organização dessa instituição e destacar a importância vital da função do assistente social nesse cenário específico, analisando suas atribuições, desafios e contribuições para a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores na região.

A observação durante os acolhimentos aos trabalhadores feitos pelas assistentes sociais, da escrita do relatório institucional, leituras no campo de Estágio Supervisionado 1, 2 e 3, despertou-se o interesse em analisar a atuação profissional do Assistente Social neste Centro, identificando as principais demandas e desafios deste profissional no CEREST, por meio dos instrumentais técnico-operativo (Acolhimento e acompanhamento social).

Dessa forma, o estudo foi direcionado sob a ótica do método Dialético, de acordo com Rodrigues (2006), quando se fala em pôr no ponto de vista dialético, automaticamente coloca-se o estudo no movimento da mudança, ademais é um método de pensar e raciocinar, consentindo analisar a situação e nos obrigar a buscar a historicidade dos fenômenos.

O desenvolvimento deste trabalho está organizado em quatro tópicos: o primeiro sobre a Introdução; o segundo intitulado a história da saúde do trabalhador, foi apresentado o contexto histórico da medicina do trabalho à saúde do trabalhador; o terceiro tópico, Serviço Social e Saúde: a importância do trabalho profissional de Serviço Social no CEREST trata sobre o objetivo do Serviço Social na área da saúde, a instrumentalidade do Serviço Social, embasados nos pilares teórico, metodológico e ético-político e sobre as reuniões do Corpo Técnico do CEREST, o Trabalho Multiprofissional, Cursos de Capacitação aos trabalhadores e os desafios encontrados na rede, e por último, as considerações finais.

## 2. A HISTÓRIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

O cuidado com a saúde do trabalhador se sucede com a medicina do trabalho na primeira metade do século XIX, com a Revolução Industrial. O contexto do qual os processos de trabalho se encontravam eram degradantes, nos quais trabalhadores exerciam sua força de trabalho de modo exaustivo, o que exigiu uma intervenção por parte dos empregadores, pois esses trabalhadores, devido às condições de trabalho, estavam adoecendo.

Desse modo, surgem em 1830 o primeiro serviço de medicina do trabalho, cujos serviços tinham como finalidade, segundo Mendes e Dias (1991, p.342):

Deveriam ser serviços dirigidos por pessoas de inteira confiança do empresário e que se dispusessem a defendê-lo; Deveriam ser serviços centrados na figura do médico; A prevenção dos danos a saúde resultantes dos riscos do trabalho devia ser tarefa eminentemente médica; A responsabilidade pela ocorrência dos problemas de saúde ficava transferida ao médico.

A implementação desses serviços fez com que outros países aplicassem em suas fábricas a medicina do trabalho, considerando a carência do Estado em promover um sistema de assistência à saúde. É nesse contexto que os serviços médicos de empresa se tornaram primordial a esse trabalhador. Mendes e Dias (1991, p.342) a retratam como um

“instrumento de criar e manter a dependência do trabalhador (e frequentemente de seus familiares), ao lado do exercício direto do controle da força de trabalho”.

Nota-se que a Medicina do Trabalho possui suas limitações quando se trata em operar especificamente como uma atividade médica que se restringia ao ambiente de trabalho. A sua tarefa se tratava de cuidar da adaptação física e mental dos trabalhadores às condições de trabalho, por intermédio de atividades educativas. Tais atribuições refletem na influência do pensamento mecanicista na medicina científica e na fisiologia.

Devido à incapacidade de a medicina do trabalho intervir nos problemas relacionados aos esforços industriais ocasionados pela guerra e o pós-guerra, os trabalhadores mostravam-se insatisfeitos com as suas condições de trabalho, desse modo, surgem a saúde ocupacional, que tinha como objetivo ampliar a atuação médica ao trabalhador e intervir no ambiente de trabalho de modo multiprofissional (MENDES; DIAS, 1991). Os autores ainda complementam que

A "Saúde Ocupacional" surge, sobretudo, dentro das grandes empresas, como traço da multi e interdisciplinaridade, com a organização de equipes progressivamente multiprofissionais, e a ênfase na higiene "industrial", refletindo a origem histórica dos serviços médicos e o lugar de destaque da indústria nos países "industrializados" (Mendes; Dias, 1991, p.343).

A saúde ocupacional, também conhecida como saúde no trabalho ou saúde laboral, refere-se ao conjunto de ações e medidas que visam promover, proteger e manter a saúde e o bem-estar dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho. Isso é alcançado por meio de uma abordagem multidisciplinar que envolve aspectos médicos, de segurança e de gestão. É certo dizer que tanto a medicina do trabalho, quanto a saúde ocupacional se limitavam a práticas pragmáticas, da qual não conseguiam mais responder às demandas dos trabalhadores postas na época. Com isso, a saúde do trabalhador surge nesse contexto de transformações políticas, sociais e econômicas, nas quais relaciona o processo de saúde/doença no sentido de compreender os fatores que desencadeiam tais questões.

A Saúde do Trabalhador se originou de um longo processo de mudanças sociais e econômicas ocorridas no mundo ocidental. Mendes e Dias (1991) classificam seu surgimento e desenvolvimento de modo complexo e amplo, no que se refere ao cenário político e social da época.

Com os movimentos sociais junto aos trabalhadores reivindicando sua participação nas questões de saúde e segurança, se originam novas políticas sociais, no que tange a mudanças na legislação do trabalho. Essa nova legislação, segundo (Mendes e Dias, 1991, p.345):

Tem como pilares comuns o reconhecimento do exercício de direitos fundamentais dos trabalhadores, entre eles, o direito à informação (sobre a

natureza dos riscos, as medidas de controle que estão sendo adotadas pelo empregador, os resultados de exames médicos e de avaliações ambientais, e outros; o direito à recusa ao trabalho em condições de risco grave para a saúde ou a vida; o direito à consulta prévia aos trabalhadores, pelos empregadores, antes de mudanças de tecnologia, métodos, processos e formas de organização do trabalho; e o estabelecimento de mecanismos de participação, desde a escolha de tecnologias, até, em alguns países, a escolha dos profissionais que irão atuar nos serviços de saúde no trabalho.

Nesse intenso processo social de mudanças tanto de discussões teóricas quanto de práticas alternativas se origina a teoria da determinação social do processo saúde-doença, onde o trabalho é considerado o centro organizador da vida social. Ademais, observa-se o aumento das críticas à medicina do trabalho junto à saúde ocupacional e elas se tornam mais visíveis no decorrer do surgimento dos programas de assistência aos trabalhadores quando são postos como participantes ativos. Esses programas têm como objetivo apresentar os principais impactos do trabalho na saúde, questionando os serviços da medicina do trabalho nas empresas e incentivando os trabalhadores a reivindicar suas condições de trabalho sem que interfira na sua saúde (Mendes e Dias, 1991).

A saúde do trabalhador é uma corrente teórico-prática que possui uma perspectiva multicausal, considerando sua dimensão social e histórica tanto do trabalho como da relação saúde/doença. Ela vem ser um campo do qual está ligada a saúde pública, aproximando o objeto à prática.

Desse modo, como uma forma de fortalecer a política de Saúde do trabalhador dentro do SUS, é criada a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST por meio da Portaria nº 1.679/2002. Ainda sobre a RENAST o autor complementa que

(...) é composta pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador — Cerest, serviços sentinelas de saúde do trabalhador e municípios sentinelas em saúde do trabalhador e está organizada como rede nacional de informação e práticas de saúde por meio de ações assistenciais, de vigilância e promoção da saúde, nas linhas de cuidado da atenção básica, da média e alta complexidade ambulatorial, pré-hospitalar e hospitalar, sob o controle social, nos três níveis de gestão do SUS (Portaria nº 1.679/2002).

A RENAST surgiu em decorrência dos Centros de Referência e Programas de Saúde do Trabalhador não possuírem vínculos concretos com o Sistema Único de Saúde. Essa rede tem por finalidade articular ações de saúde dos trabalhadores no SUS, possibilitando intervenções que visem ações de promoção, prevenção, assistência básica, cuidados e reabilitação aos mesmos.

E essas estratégias são implementadas pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) “que desempenha uma função de suporte técnico, de educação

permanente, de coordenação de projetos de assistência, promoção e vigilância à saúde dos trabalhadores, no âmbito da sua área de abrangência” (MINISTÉRIO, 2006, p.20).

A Saúde do trabalhador é desenvolvida pela Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA) desde 1997 e se tornou o centro de abrangência regional em 2003 quando foi reconhecido pela RENAST, como serviço especializado para implantar e programar as ações de vigilância em saúde do trabalhador. O CEREST promove ações que visam melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador por meio da prevenção e vigilância. De acordo com Portaria 1.823/2012 (BRASIL, 2012, p.13) o Cerest no âmbito da Renast tem como função,

I –Desempenhar as funções de suporte técnico, de educação permanente, de coordenação de projetos de promoção, vigilância e assistência à saúde dos trabalhadores, no âmbito da sua área de abrangência; II- Dar apoio matricial para o desenvolvimento das ações de saúde do trabalhador na atenção primária em saúde, nos serviços especializados e de urgência e emergência, bem como na promoção e vigilância nos diversos pontos de atenção da Rede De Atenção à Saúde; e III- atuar como centro articulador e organizador das ações intra e intersetoriais de saúde do trabalhador, assumindo a retaguarda técnica especializada em conjunto de ações e serviços da rede SUS e se tornando pólo irradiador de ações e experiências de vigilância em saúde, de caráter sanitário e de base epidemiológica.

Nesse contexto, o CEREST surge como peça fundamental na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável e tem como objetivo principal promover a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, prevenindo e controlando os agravos relacionados ao trabalho. O Ministério da Saúde (2002) decorre as atribuições desse Centro como:

Suporte técnico especializado para a rede de serviços do SUS efetuar o atendimento, de forma integral e hierarquizada, aos casos suspeitos de Doenças Relacionadas ao Trabalho, para estabelecer a relação causal entre o quadro clínico e o trabalho; Suporte técnico especializado para a rede de serviços do SUS efetuar o diagnóstico e o tratamento das Doenças Relacionadas ao Trabalho, o que inclui a realização de exames complementares, podendo incluir vistorias sanitárias aos locais de trabalho; Suporte técnico especializado para a rede de serviços do SUS efetuar o registro, notificação e relatórios sobre os casos atendidos e o encaminhamento destas informações aos órgãos competentes visando ações de vigilância e proteção à saúde (...).

Este Centro trabalha a partir de uma abordagem multiprofissional, constituída por Médicos, Enfermeiros, Técnicos em Segurança do Trabalho, Assistentes Sociais, Psicólogos e outros técnicos de nível médio e superior que atuam no atendimento e orientação aos trabalhadores, promovendo ações integradas interinstitucionais e

intersectoriais em conjunto aos órgãos na promoção da Saúde do Trabalhador no município, por exemplo, realizando ação de vigilância em Saúde do Trabalhador em parceria com o Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Vigilância em Saúde, Previdência Social, Universidades, assim como, articulam ações em Comissões, Comitês e/ou Fóruns de discussões sobre Erradicação ao Trabalho Escravo, Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Erradicação do Trabalho Infantil no município de Belém, entre outros.

É importante destacar que as ações e prioridades podem variar de acordo com as necessidades locais e regionais, bem como a legislação e as políticas de saúde vigentes em cada país ou região. Em suma, os CERESTs desempenham uma função fundamental na proteção da saúde dos trabalhadores, contribuindo para a redução dos acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e melhorando as condições de trabalho em geral.

### **3. SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE: a importância do trabalho profissional do assistente social no CEREST.**

No âmbito da saúde, o Serviço Social desempenha uma função importante na promoção da equidade, no enfrentamento das desigualdades sociais e na defesa do direito à saúde. O profissional de Serviço Social atua na interface das políticas sociais, sobretudo na política de saúde, buscando viabilizar o acesso universal e integral à saúde, especialmente para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social.

No setor da Saúde, que é o foco deste trabalho, enfatiza-se, especialmente, a construção de um debate importante sobre a atuação do Serviço Social na área da saúde. Considerando todas as conquistas da Reforma Sanitária no âmbito da política de saúde, vale ressaltar que a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sob o nº 218/1997, visa reconhecer como profissionais de saúde de nível superior os assistentes sociais e as demais profissões, porém, somente com a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sob o nº 383/1999 que caracteriza o Assistente Social como profissional de Saúde.

Em face do exposto, o Projeto Ético-Político da Profissão do Serviço Social na contemporaneidade tem suas bases no tripé: Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares. Assim, o Código de Ética profissional é considerado como um instrumento pedagógico do assistente social, pois traz em seu bojo um instrumento de mudanças não somente para os profissionais, como também para os sujeitos envolvidos nas práticas profissionais.

O Serviço Social é uma área que constitui uma exigência ética e política no que se refere aos impactos das transformações societárias, sobretudo as grandes mudanças que ocorrem na esfera do trabalho. Dessa maneira, “o assistente social é convocado e ao mesmo tempo se convoca a acolher e dar respostas à saúde do trabalhador” (Mendes; Wunsch, 2011, p.462).

A saúde do trabalhador é o campo de atuação do SUS definido no art.200 da Constituição, em diferentes níveis de atuação: a execução de ações de saúde do trabalhador; colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. Pode-se dizer que

As novas demandas como gestão, assessoria e a pesquisa, consideradas como transversal ao trabalho profissional e explicitadas na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), na maioria das vezes, não são assumidas como competências ou atribuições profissionais. (CFESS, 2010, p.28).

Nessa perspectiva, o trabalho do Assistente Social na saúde do trabalhador ocorre não apenas na execução e viabilização dessa política, mas também por meio da gestão dos serviços, na aproximação e participação dos sindicatos e movimentos coletivos que almejam uma saúde consoante com as propostas da Reforma Sanitária em acordo com os princípios ético-político profissional. “Desta forma, a categoria desenvolve suas atividades em condições e relações de trabalho concretas e dinâmicas, tendo como respaldo a legislação profissional e os fundamentos construídos na formação e no aprimoramento permanente” (Olivar, 2010, p.330).

O Serviço Social, nesse contexto, tem importância no apoio aos trabalhadores e no enfrentamento dos problemas sociais relacionados à saúde no trabalho. Um dos eixos estratégicos para a disseminação da política nacional de saúde do trabalhador são os Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

A função do CEREST regional Belém é atuar como agente disseminador da Política de Saúde do Trabalhador no SUS, das ações, promoção e proteção para o trabalhador buscando novas metas com características transdisciplinares e intersetoriais, combatendo o trabalho infantil, escravo e prevenção de agravos, doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Os trabalhadores que o CEREST atende são trabalhadores de empresas privadas ou públicas, trabalhadores urbanos e rurais, autônomos e desempregados. Ou seja, abrange tanto trabalhadores da economia formal como informal, seja por demanda espontânea ou por encaminhamento de outros serviços. Os trabalhadores, independente

dos seus vínculos empregatícios, sofrem consequências políticas, econômicas e sociais. Isso influencia diretamente na sua qualidade de vida e na sua saúde.

Na pesquisa realizada no local de estágio, observou-se que os Assistentes Sociais, assim como a equipe multiprofissional, atuam no atendimento e orientação aos trabalhadores, desse modo, são categorizados em técnicos em saúde do trabalhador, e todos podem realizar o acolhimento desse trabalhador, ou seja, não é uma atribuição privativa do Serviço Social na Instituição.

Contudo, quando esse acolhimento é feito pelas mesmas, pode-se dizer que ele se organiza da seguinte forma: a) fornecimento da documentação dos usuários; b) o conhecimento da demanda do usuário; c) escuta; d) postura profissional. Logo, estas definições, por vezes, foram observadas e anotadas na ficha de evolução daquele usuário durante o atendimento/acolhimento.

Sarmiento (1994) realiza uma aproximação com o debate sobre o acolhimento quando discute o relacionamento. Este autor dedica parte de seus estudos a este tema, uma vez que, como ele mesmo diz, “nos parece que o relacionamento se apresenta como uma categoria fundamental que permeia toda a prática profissional” (Sarmiento, 1994, p. 251). O acolhimento é um tema fundamental no campo do Serviço Social em saúde, pois envolve a forma como os profissionais lidam com as demandas e necessidades das pessoas que procuram os serviços do CEREST.

Vale ressaltar que perante a atuação profissional o Assistente Social é pautado em eixos e como o CEREST/Regional segue as diretrizes do SUS (Atendimento aos usuários; ações de mobilização; planejamento e gestão, formação profissional, etc.) e foi verificado, por meio de anotações no diário de campo esses eixos e se tornou perceptível os passos para o atendimento no CEREST/Regional, como os encaminhamentos (atenção especializada), assim como orientações previdenciárias, são mediados e articulados por meio das assistentes sociais, devido ser uma competência única da profissão, como o acolhimento e acompanhamento social, a escuta qualificada, mediação e intervenção, perante as atribuições e competências.

No contexto do Serviço Social, o acolhimento vai além do simples atendimento inicial; ele abrange a escuta qualificada, o observar, o acolhimento das singularidades de cada sujeito e a garantia de acesso aos serviços de saúde. Logo, o profissional tem que estar atento para todos os detalhes que lhe é posto neste momento, pois, a realidade social desse sujeito poderá ser percebida por meio da abordagem, escuta qualificada e em seguida da observação. Porém, como afirma Toniolo (2008, p.126),

O Assistente Social, ao estabelecer uma interação face a face, estabelece uma relação social com outro(s) ser(es) humano(s), que possui expectativas quanto às intervenções que serão realizadas pelo profissional. Assim, além de observador, o profissional também é observado. E ainda: na medida em que o Assistente Social realiza intervenções, ele participa diretamente do processo de conhecimento acerca da realidade que está sendo investigada. Por isso, não se trata de uma observação fria, ou como querem alguns, “neutra”, em que o profissional pensa estar em uma posição de não envolvimento com a situação. Por isso, trata-se de uma observação participante – o profissional, além de observar, interage com o outro, e participa ativamente do processo de observação.

Segundo Martinelli e Koumrouyan (1994), a utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o Assistente Social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o Assistente Social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício profissional.

Outra questão a ser destacada é o trabalho multiprofissional dentro do CEREST que possibilita mostrar outras óticas de intervenção de acordo com suas especificidades. A autora considera que “são as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças” (Iamamoto, 2002, p.41).

Logo, cabe dizer que a atuação das assistentes sociais perante a equipe multiprofissional do Cerest/Regional é ser qualificado para enfrentar as demandas que se apresentam em seu cotidiano e trabalhar na orientação e encaminhamento dos usuários direcionando para os recursos e serviços adequados, sejam eles dentro ou fora do sistema de saúde, facilitando o acesso a benefícios sociais, programas de assistência e apoio psicológico, sempre buscando o comprometimento com o Projeto Ético-político da profissão.

Dessa forma, é importante ressaltar que o Assistente Social seja qualificado para enfrentar as demandas que se apresentam em seu cotidiano, sempre buscando o comprometimento com o Projeto Ético-político da profissão, para que a sua intervenção não seja limitada pela instituição em que o profissional estiver exercendo sua profissão.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, espera-se que essa pesquisa contribua para a formação profissional, sobretudo, para a compreensão dos processos de trabalho que estão postas no cotidiano do trabalhador e fazem com que o mesmo procure, ou seja, encaminhado aos serviços do CEREST.

Este estudo permite levantar uma reflexão acerca da atuação do Serviço Social no acolhimento, na escuta, na mediação e na articulação com outras instituições fazem parte integrante do processo interventivo dos assistentes sociais e congrega três elementos que agem em concomitância: a escuta, a troca de informações e o conhecimento da situação em que se encontra o usuário, ademais a criação de vínculo e a compreensão de elementos para fundamentar uma futura intervenção.

Sendo assim, tal pesquisa aponta a importância do Serviço Social dentro do CEREST, de modo a considerar a totalidade da vida desse trabalhador, discorrendo dos processos de trabalho e as condições de vida desse sujeito, de modo que se tenha uma abordagem integral, no sentido de promover e intervir no processo saúde-doença ocasionados no ambiente laboral.

Nota-se a importância do CEREST como rede responsável por acolher os trabalhadores que apresentam situações multifacetadas ou agravos relacionados ao trabalho, oferecendo atendimento especializado e encaminhando-os para serviços de saúde quando necessário. Além disso, eles desenvolvem ações de prevenção, como a fiscalização das condições de trabalho, realização de inspeções em empresas e fornecimento de orientações sobre segurança e saúde no trabalho.

Por fim, o CEREST e o Serviço Social desempenham uma função fundamental na proteção da saúde dos trabalhadores, contribuindo para a redução dos acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e melhorando as condições de trabalho em geral, desenvolvendo núcleos de ação/atividades voltadas para a promoção da saúde, prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, assistência aos trabalhadores e capacitação de profissionais de saúde, considerando a saúde e a doença como um processo dinâmico, estritamente articulado com os modos de desenvolvimento produtivo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº218, de 06 de março de 1997**. Disponível em: Ministério da Saúde (saude.gov.br)> Acesso em: 13 nov.2023.

CAIXETA, N. P. **O Serviço Social no campo da saúde do trabalhador: uma análise da atuação profissional**. 2014. 57 f. TCC (Graduação) -Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social/Ser, Universidade de Brasília/Unb, Brasília,2014. Cap. 3  
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL(CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

IAMAMOTO, M. V.. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** Cortez Editora, 2002.

MARTINELLI, M. L., KOUMROUYAN, E.. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n. 54, 1994.

MATOS, M. C. de. **Serviço Social Ética e Saúde: Reflexões para o Exercício Profissional.** São Paulo: Cortez, 2013.

MENDES, R.; DIAS, E. C.. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública,** v. 25, p. 341-349, 1991.

MENDES, J. M. R.; WÜNSCH, D. S.. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serviço Social & Sociedade,** p. 461-481, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS Nº 1.679/02 com a **Criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST).** In PORTARIAGM Nº 1679 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002 (ufmg.br)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria MS Nº 1823 de 23/08/2012** que foi instituído a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coordenação Técnica de Saúde dos Trabalhadores.** Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. Manual de gestão e gerenciamento. Brasília: RENAST; 2006.

OLIVAR, M. S. P.. O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade,** n.102, São Paulo: Cortez, 2010, pp. 314- 338.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia Científica.** 1 ed. São Paulo: Avercamp, 2006.

SARMENTO. H. B. M. Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão, 1994 - **Dissertação (Mestrado).** Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

SOUSA, C. T.. A Prática do Assistente Social: Conhecimento, Instrumentalidade e Intervenção Profissional. **Emancipação,** Ponta Grossa, v. 8, p. 119-132,2008.